

tros pontos da região. E por isso é muito mais persuasiva.

As autoras também atentam para as condições políticas. Suas alegações não

chegam a ser originais — que os EUA e Cuba devem acabar com a guerra fria existente entre ambos; que o primado da lei deve substituir as ditaduras de todo tipo; e

que um mínimo de justiça social deve ser assegurado. Senão, as reformas apropriadas cairiam no vazio se o país sucumbisse ao caos.

Erich Spitaeller

Breves resenhas

Helen Hughes (org.)

The dangers of export pessimism

Developing countries and industrial markets

San Francisco, CA, USA, International Center for Economic Growth, 1992, ix + 446 p., US\$14,95.

Ex-funcionário graduado do Banco Mundial, hoje professor e diretor executivo do Centro Nacional de Estudos sobre Desenvolvimento da Universidade Nacional Australiana de Canberra, Hughes, como organizador, reuniu 12 estudos de caso de países em desenvolvimento e cinco ensaios de orientação mais ampla, quase todos escritos por pesquisadores de países em desenvolvimento. Os tópicos diferem consideravelmente de um estudo para outro. Mas o título é bom, pois há uma linha comum: o potencial de expansão das exportações de manufaturados. Os países cujas autoridades reconhecem esse potencial geralmente têm êxito, ao passo que o pessimismo em relação às exportações de fato revelou-se perigoso e injustificado.

Infelizmente, os ensaios já estão defasados em alguns anos, uma vez que os dados mais recentes referem-se a 1987 ou anos anteriores. Seis dos estudos de país concentram-se nos países asiáticos que lograram êxito — China, Cingapura, Indonésia, Malásia, República da Coreia e Tailândia — enquanto que os restantes examinam os países não considerados um sucesso como exportadores, embora muitos agora sejam bem-sucedidos nesta área — Argentina, Colômbia, Filipinas, Índia, México e Papua Nova Guiné. Os temas e abordagens variam muito, indo desde exportações de têxteis e vestuário (Tailândia) até o papel do governo no êxito das exportações (Cingapura), ou o crescimento das exportações não-petrolíferas (Indonésia). Nenhum dos ensaios, porém, sai da superfície para esmiuçar os instrumentos de política, os detalhes das reformas e as inovações institucionais atualmente em uso nos países bem-sucedidos. Em vez disso, os padrões comerciais e as características dos países tendem a dominar a história contada na maioria dos estudos, muitas vezes exageradamente.

John Letiche (org.)

International economic policies and their theoretical foundations

A sourcebook

San Diego, CA, USA, Academic Press, 1992, xi + 988 p., US\$55.

Este livro, composto de uma série de artigos, visa a proporcionar a estudantes e autoridades percepções teóricas e práticas das operações da economia internacional.

Há 10 anos saiu a primeira edição e, conforme assinalado no prefácio, muita coisa mudou na ordem internacional. Já não existem muitos dos vestígios das economias de planificação centralizada, estão se formando grandes blocos comerciais, e o pêndulo está girando novamente em favor de regimes cambiais mais controlados. A última edição procura tratar dessas e de outras mudanças, incluindo 16 novos capítulos e atualizando muitos dos artigos originais. Mas certos leitores talvez achem que a parte editorial devia ter sido mais criteriosa: certamente poderiam ter sido eliminados vários capítulos que descrevem basicamente previsões obsoletas de acontecimentos mundiais esperados nas décadas passadas. Entretanto, em relação aos capítulos que tratam dos princípios econômicos fundamentais ou que contêm ensaios clássicos sobre a evolução da ordem internacional, a nova edição continua sendo uma preciosa obra de consulta.

Créditos: arte da capa e das páginas 2, 4 e 36: Mark Robinson; arte da página 7: Robert Frederick; páginas 18, 19, 21 e 33: Lew Azzinaro; páginas 24, 41, 44 e 45: Luisa Watson; página 28: Dale Glasgow. Gráficos: Dale Glasgow e Luisa Watson. Desenho à página 42: Philip Torsani; Fotos do FMI: Denio Zara e Padraic Hughes-Reid. Fotos do Banco: M. Iannacci.

CARTAS

Aquecimento global: um comentário

No debate "Atualizar o futuro?" (*Finanças e Desenvolvimento*, mar. 1993), Nancy Birdsall e Andrew Steer estão certos em argumentar contra as taxas de atualização baixas, por todos os motivos por eles citados. Permitam-me acrescentar dois pontos. Primeiro, não precisamos de taxas de atualização baixas para chegar a boas políticas; muito pelo contrário. Segundo, o planejamento ambiental exige o uso de instrumentos diretos, e no caso do problema abordado, é preciso modificar a maneira de calcular o valor atual dos custos. A taxa de atualização seria um instrumento de política muito forte (e provavelmente contraproducente).

A implicação da análise de William Cline, de que taxas de atualização altas implicam inação, é falsa; faz suposições pessimistas indevidas sobre o alcance do avanço técnico e da substituição. Várias políticas podem ser recomendadas com confiança às taxas de atualização de hoje, além das associadas à opção "fácil" da eficiência de energia. Taxas de atualização altas permitirão que se façam melhores opções nas políticas de redução do dióxido de carbono, pois elas têm maiores probabilidades de favorecer os investimentos com boas promessas econômicas — para não dizer comerciais —, além de facilitarem a produção e o consumo de energia mais eficientes (que é um setor capital-intensivo).

Apesar de todas as incertezas sobre o efeito estufa, a única coisa que sabemos

mesmo é que se trata de um problema de acúmulo e não de fluxo. Ainda não sabemos qual seria o limite seguro de acúmulo de carbono na atmosfera, mas uma vez que ele for alcançado, a única alternativa será nos voltarmos para tecnologias que não produzem emissões evidentes de carbono, para satisfazer nossas necessidades de energia. Assim, os custos de observar o limite acordado serão determinados pela diferença entre os custos marginais do uso dessas tecnologias e os do uso de combustíveis fósseis.

A diferença nos custos pode ser bem menor do que sugerem as curvas de Cline. Em 40 anos, a primeira tecnologia alternativa apoiada pelas autoridades foi a energia nuclear: a fissão no caso das gerações atuais e a fusão no caso das futuras ge-